

O sentido de “pertença” na raia alentejana durante a Guerra da Restauração: identidades e fidelidades num clima de conflito

JORGE PENIM DE FREITAS
MESTRE EM HISTÓRIA MODERNA.
INVESTIGADOR EM HISTÓRIA MILITAR DO PERÍODO MODERNO
001jorgef@gmail.com

RESUMO

A Guerra da Restauração, iniciada na fronteira extremeño-alentejana em 1641 e só terminada em Fevereiro de 1668, veio alterar profundamente a convivência, até então pacífica, entre as populações dos dois lados da raia. Mas se a guerra provocou inevitavelmente clivagens, houve relações de solidariedade e interdependência que se mantiveram. Interesses pessoais, patrimoniais e outros ditaram a fidelidade ou a ruptura com o soberano “natural”, que a historiografia tradicional em larga medida ignorou, mas que as fontes deixam perceber.

PALAVRAS CHAVE: Guerra da Restauração; fronteira; Alentejo; Extremadura; identidade; fidelidade.

RESUMEN

La Guerra de la Restauración portuguesa empezada en la frontera extremeño-alentejana en 1641 y solo terminada en febrero de 1668 vino a cambiar, a fondo, la convivencia hasta entonces pacífica, entre los pueblos de los dos lados de la raya. Sin embargo, aunque la guerra hubiese provocado inevitables brechas, hubo relaciones de solidaridad e interdependencia que se mantuvieron. Los anhelos más personales y los patrimoniales, entre otros, dictaron la fidelidad o la ruptura hacia el soberano “natural”, ignorado en general por la historiografía tradicional, pero se puede comprender su relieve analizando las fuentes.

PALABRAS CLAVE: Guerra de la Restauración; frontera; Alentejo; Extremadura; identidad; fidelidad.

INTRODUÇÃO

Desde as convulsões da segunda metade do século XIV que a fronteira alentejano-extremenha não mais conhecera as agruras da guerra. O episódio passageiro da invasão comandada pelo duque de Alba em 1580 não agitou o *modus vivendi* das populações raianas e teve o condão de apagar, de um golpe e para os 60 anos seguintes, a fronteira que separava diferentes soberanias. O rei de Espanha passava a ser simultaneamente rei de Portugal.

Até que, no último mês de 1640, se deu o rompimento da monarquia dual. A fronteira entre o Alentejo e a Extremadura tornou-se, de novo, uma demarcação de soberanias, agora opostas e inimigas. A sombra de uma guerra inevitável passou a pairar sobre as populações, pondo fim a um quotidiano pacífico de interações entre vizinhos –de facto, impondo uma clivagem que iria marcar mais de uma geração.

A interpretação historiográfica do longo conflito que opôs os reinos vizinhos simplificou a definição dos alinhamentos pessoais, com base num critério de pendor nacionalista. O discurso português seiscentista, legitimador da nova dinastia, presente em escritos propagandísticos contemporâneos da guerra ou em posteriores narrativas, emprega frequentemente o termo “castelhano” para se referir ao inimigo. Uma conotação que pretendia evidenciar o centralismo de Castela no seio da entidade política que era Espanha e da qual Portugal se libertara. Aliás, o sentido de “liberdade” era esse: a capacidade de se subtrair a um centro de decisão imperial e assumir a independência da acção política. Por seu lado, os defensores de Filipe IV acusavam o antigo vassalo, o duque de Bragança, agora rei de Portugal, de ser um “tirano” –no sentido coevo de quem usurpara ilegitimamente prerrogativas régias através de uma rebelião contra o seu soberano.

Neste contexto, o termo “nação”, no sentido de origem gentilícia, distinguia os campos que se guerrearam após o rompimento da monarquia dual. Sendo, ao tempo, usado para definir a origem cultural e linguística de um indivíduo –“de nação castelhana”, “irlandês de nação”, etc.– o conceito assumiu uma forte componente identitária. Na fronteira alentejano-extremenha (e em todas as outras), ser-se português ou *castelhano* era uma forma simples de identificar os contendores.

Havia exceções. Uma outra concepção identitária fundamental era a noção de vassalidade, a qual se podia sobrepor à distinção gentilícia. Mas esta era praticamente restrita à nobreza e ao meio militar. Ser-se de nação estrangeira e fiel vassalo de um soberano não era incompatível. Houve militares espanhóis

que continuaram a servir em Portugal após a Restauração, batendo-se pela causa de D. João IV, como o mestre de campo Sanchez del Pozo ou o sargento-mor Antonio Gallo, autor de um tratado militar. Já os portugueses que permaneceram na obediência de Filipe IV eram vistos do lado espanhol como fiéis ao seu legítimo rei, mas os que tinham passado para o exército português, depois de terem servido a monarquia dual, eram considerados traidores, pendendo sobre eles a pena de morte, caso fossem aprisionados (Freitas 2007: 100).

Os súbditos sem qualquer prerrogativa, ou seja, a maioria da população que constituía o terceiro estado, devia obediência ao seu soberano natural, sem outra alternativa. Um novo quadro de relações caiu assim sobre a fronteira, sendo que a imposição da cisão entre duas soberanias opostas era reforçada pela presença militar, tornada constante.

Que laços se romperam, que rivalidades se aprofundaram, que solidariedades persistiram na raia ao longo do extenso conflito? Infelizmente, as fontes coevas são parcas em elementos que permitam responder de forma consistente a estas questões, mas existem referências suficientes para mostrar que a simplificação identitária com base no conceito de nação está longe de ser satisfatória.

“MAUS VASSALOS”

Logo no início do conflito –que eclodiu somente em Junho de 1641– ficou registada a relutância dos moradores de Moura em acatar os imperativos militares. D. Francisco de Sousa, mestre de campo do terço de infantaria paga de Beja, foi nomeado governador de Moura. Quando se preparava para rumar àquela praça com a sua unidade, foi informado de que *“havia nos ânimos dos moradores algum movimento, com indícios de pouca constância na defesa da praça. Passou-se logo a ela, querendo atalhar que se não levantasse grande incêndio, o que até àquele tempo era pequena faísca”* (Ericeira, 1945: I, 247). Não é possível saber se a “pequena faísca” era, de facto, uma contestação com origem numa minoria da população, ou se teria uma abrangência maior. O motivo do descontentamento pode ter sido a anunciada presença dos militares, aos quais os moradores teriam de dar alojamento nas suas próprias casas. Por outro lado, pode ter sido o receio da impreparação dos soldados portugueses para a defesa de vidas e bens dos habitantes da vila, e das represálias que eventualmente se seguiriam a uma conquista pelo inimigo. O caso é que se tratava de uma interrupção brusca e de consequências imprevisíveis no quotidiano, até aí pacífico, da população de Moura.

A existência de uma rede de relações e interesses, anteriores à guerra e por ela perturbada, é perceptível pelas consequências do incidente. Chegado a Moura, D. Francisco de Sousa “*averiguou que os moradores de Barrancos haviam sido os mais culpados naquela alteração. (...) [E] havendo-lhe chegado outras notícias de maiores insultos destes paisanos, a que chamavam janízaros os de Alentejo, por haverem partido até o idioma português com a língua castelhana, ordenou El-Rei (...) que, para castigo deste e terror dos mais lugares, arrasasse logo Barrancos*” (Ericeira, 1945: I, 247-248).

Barrancos fazia parte dos domínios do 4.º Conde de Linhares, D. Miguel de Noronha. Ao tempo Vice-Rei da Índia, o Conde permaneceu fiel aos Habsburgo após a Restauração, tendo D. João IV extinguido aquele título. A destruição da povoação foi justificada com a “*culpa dos moradores*”, mas também com o argumento de ser muito difícil defendê-la e não ter grande utilidade, por ficar situada no extremo da raia. Em todo o caso, tratou-se de uma represália contra o nobre refractário. E de forma mais concreta e sentida na pele, contra os habitantes do seu domínio: “*Marchou D. Francisco a executar a ordem de El-Rei, observando o segredo por não fazer rebeldes os que eram só maus vassalos (exemplo que pudera ser naquele tempo de grande prejuízo). Chegou a Barrancos, mandou sair do lugar todos os moradores e, depois de tirarem o fato, lhe puseram os soldados o fogo*” (Ericeira, 1945: I, 248).

O dialecto barranquenho, que o Conde da Ericeira refere como produto da mistura dos idiomas português e castelhano, é um argumento utilizado para frisar a propensão para a traição. A zona de Barrancos enquadra-se numa fronteira cujas delimitações de jurisdição foram durante séculos imprecisas. Além disso, tinha um historial de conflitos com a autoridade régia através dos seus representantes locais (como, por exemplo, o corregedor de Beja, entre os finais do século XVI e os princípios do XVII). Os registos paroquiais dos séculos XVII e XVIII apontam para a origem espanhola de uma parte significativa dos habitantes de Barrancos, principalmente de Encinasola e Jerez de los Caballeros, mas também da Galiza, além dos laços familiares se estenderem a Noudar e Moura¹. Desta forma, o relacionamento dos barranquenhos com os moradores de Moura e de outras povoações próximas fazia parte de um *modus vivendi* secular. Na nova situação de guerra, tornava-se embaraçoso e mesmo perigoso para as populações tentar manter hábitos antigos. O poder régio

¹ Sobre esta problemática, veja-se Simões, 2016: 59-67.

podia assumir perante os “maus vassalos”, ou seja, os portugueses que demonstravam alguma renitência em obedecer às exigências das autoridades militares, uma tolerância calculada, de modo a não provocar actos de rebelião, cujas consequências temia. Mas, por outro lado, não se escusava a ordenar demonstrações de força contra súbditos considerados demasiado próximos do inimigo “castelhano”, pela linguagem e origem gentilícia de parte da população, e portanto suspeitos de incentivar outros à rebelião e à traição.

“BANDIDOS PORTUGUESES”

Em Maio de 1642, menos de um ano decorrido desde o início das hostilidades, o general da cavalaria do Alentejo, Francisco de Melo, tentou conquistar o lugar de Cheles, próximo da fronteira portuguesa. Era uma localidade que não tinha mais de 80 vizinhos. A operação foi conduzida de forma inepta: depois de várias horas de tiroteio contra um inimigo fortemente entrincheirado e quase invisível, as forças portuguesas retiraram para Olivença. Tinham sofrido dezenas de baixas e o objectivo gorou-se. No dizer do soldado Mateus Rodrigues (Matheus Roiz), que participou na operação, Cheles era de longa data “*um covil de ladrões e homiziados portugueses que viviam ali*”. O levantamento de Portugal em 1640 foi uma prenda do céu para eles, pois desde aí “*nunca jamais saíam de Portugal, uns a cavalo e outros a pé*” (*Manuscrito de Matheus Roiz*: 34). No caso vertente, a demonstração de força não teve êxito: pela frente, os militares portugueses não se depararam com moradores indefesos, mas com homens rotinados no uso das armas e que sabiam combater².

Se a guerra facilitou as acções de banditismo dos portugueses de Cheles, não deixa de ser plausível que tais actividades ilegais existissem anteriormente, eventualmente praticadas com maior dissimulação. Era muito difícil, senão mesmo impossível, ao poder central controlar situações deste tipo na raia. De certo modo, elas faziam parte de um quotidiano da fronteira, ainda que marginal às relações económicas ou sociais aceitáveis. Já o homizio – de facto, um exílio voluntário para escapar à justiça régia, sobretudo em casos de crime de sangue – era um procedimento frequente de ambos os lados. Com o início do conflito, foi mais um factor de distinção entre os que serviam uma ou outra Coroa, entre fiéis vassalos e traidores impenitentes.

² Em 1657, por ocasião da reconquista de Mourão pelos portugueses, Cheles encontrava-se desabitada, servindo as suas casas de abrigo temporário para os soldados espanhóis. *Manuscrito de Matheus Roiz*: 443.

CUIDAR DO QUE É SEU, EM PRIMEIRO LUGAR

Apesar de tudo e à revelia das autoridades, as populações que deveriam ser encaradas como inimigas continuavam a manter relações, defendendo interesses comuns de sobrevivência. Faziam-no abertamente em zonas onde as operações militares não eram tão frequentes. Em Fevereiro de 1643, uma carta régia dirigida ao governador da praça de Mourão ordena que este faça o que puder para evitar “*a comunicação que os moradores de Mourão têm com os de Paymogo, por ficar assim o inimigo avisado do estado daquela fronteira*”³.

O mesmo procedimento é referido por Mateus Rodrigues numa fase mais adiantada da guerra, em 1648. Para trás tinham ficado os anos das operações sazonais com grandes efectivos, ineficazes no plano estritamente estratégico-militar. As incursões de saque e pilhagem, constantes e desgastantes para as populações, eram agora a norma. O proveito próprio dos oficiais responsáveis pelas entradas estava na origem de grande parte dessas operações para roubo de gado, como a que o soldado memorialista descreve, uma das raras incursões ao condado de Niebla.

A destruição e o despovoamento causados estavam bem patentes em ambos os lados da fronteira. As quatro companhias de cavalaria puderam abrigar-se para descansar em aldeias abandonadas, identificadas por Mateus Rodrigues como Sobral de Moura e Corte do Pinto. Todavia, mesmo com a desolação e a guerra, as populações raianas mantinham contactos, num esforço comum de preservarem os seus bens e principalmente o seu gado da rapacidade dos militares. Mal os cavaleiros se aproximaram da localidade portuguesa de Aldeia Nova, terra distante três léguas de Moura, partiu um vilão à rédea solta numa égua para avisar os habitantes de Alcaria de la Vaca, do lado espanhol. Deste modo, o gado que andava nos campos foi recolhido a tempo (*Manuscrito de Matheus Roiz: 191-192*).

É difícil apurar, através das fontes disponíveis, o que estaria subjacente a casos como o que Mateus Rodrigues testemunhou. Poderia haver relações familiares ou interesses materiais que levassem os moradores das povoações de ambos os lados a colaborar. Mesmo os soldados que deviam defender as localidades, os campos e as populações das entradas do inimigo, eram elemen-

³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Conselho de Guerra, *Secretaria de Guerra*, Livro 5.º (1642-1645), folhas 58-58 v, carta régia para Manuel da Mota da Fonseca, de 28 de Fevereiro de 1643.

tos estranhos às comunidades da raia. Vindos de outras terras, de outras províncias ou mesmo de outros reinos, acabavam com frequência por abusar das prerrogativas do alojamento – que incluía alimentos, roupa de cama e de mesa, a que estavam obrigados por lei. De qualquer dos lados em contenda, eram um factor de perturbação⁴.

A solidariedade transfronteiriça não era, porém, um padrão de comportamento. A defesa dos bens e das vidas conduzia, com frequência, a uma aproximação voluntária ao aparelho militar, mesmo até à integração naquele. A criação de unidades de cavalaria da milícia da Ordenança podia ser feita de livre vontade, mobilizando moradores que, assim, ficavam também capacitados para defender os seus haveres – e eventualmente, procederem a actos de pilhagem do outro lado da fronteira. Era uma maneira de evitar o constrangimento de ter tropas pagas, estranhas à terra, alojadas em casa. E, também, de participar na guerra de pilhagem, por cobiça ou vingança. A “normalização bélica” podia, assim, sobrepor-se a anteriores laços de entendimento entre as populações raianas.

De Moura surge um exemplo deste caso. Em 1644 o capitão-mor da vila, D. Henrique Henriques, deu conta ao governador das armas do Alentejo da pretensão de alguns moradores constituírem uma companhia de cavalaria. Os cavalos seriam comprados pelos próprios moradores, que serviriam na companhia conquanto não os mandassem sair da terra, por serem lá casados, a fim de integrar outras unidades do exército⁵. A companhia acabou por ser constituída mais tarde, fazendo parte do exército profissional (tropas pagas). Comandada pelo capitão Jerónimo de Moura, estava de tal forma enraizada com a população que os próprios oficiais da câmara escreveram ao rei, pedindo que não fosse retirada da vila em 1653 (Freitas, 2007: 171).

A tentativa de manter património abastado na fronteira, após o rompimento da monarquia dual, terá contribuído para a definição de fidelidades dos ricos proprietários de origem vilã. O caso de Sebastião Correia da Silva é paradigmático. O seu pai, João Lobo da Silva, era um abastado morador de Olivença. Quando se deu a Restauração perdeu muita da sua fazenda, pois tinha várias herdades do lado espanhol. Não se conformando com tal facto, Sebastião Correia

⁴ A este respeito veja-se o estudo de Cortés Cortés, 1990.

⁵ ANTT, Conselho de Guerra, *Secretaria de Guerra*, Livro 5.º (1642-1645), folha 167, carta régia para o Conde de Alegrete, de 16 de Agosto de 1644.

deixou Portugal e ofereceu-se para servir no exército de Filipe IV. Experiente cavaleiro e de valentia reconhecida, com o posto de capitão comandou várias incursões a partir de Badajoz. No dizer do conde e Ericeira, “*foi o primeiro soldado que cegamente introduziu este desacerto*” (Ericeira, 1945: I, 243). Em Dezembro de 1643 foi capturado perto de Arronches, quando regressava a Badajoz após mais uma entrada de pilhagem de gado. A importância da sua captura foi tal que a Coroa concedeu uma comenda ao comandante da unidade que o aprisionou⁶.

Sebastião Correia da Silva foi levado para Lisboa, onde padeceu longos anos de cativo na prisão do Limoeiro. Ao contrário do que seria expectável, não foi condenado à morte. O motivo terá sido, como em outros casos semelhantes e documentados, o receio de represálias do inimigo sobre militares portugueses (e espanhóis ao serviço de Portugal) cativos nas fronteiras. Outra hipótese, que as fontes não permitem confirmar, seria a existência de uma rede de contactos e influências na fronteira, fora do meio militar, onde Sebastião Correia teria algum peso – o que, por alguma razão, faria com que a Coroa visse maior utilidade em conservar-lhe a vida. O certo é que não lhe foi aplicada a pena capital, algo que habitualmente sucedia aos prisioneiros que eram de “nação portuguesa” e serviam no exército de Filipe IV. Por vezes de forma célere, como sucedera com D. Cristóvão de Avelar, filho de D. Diogo de Avelar.

Com o pai e um irmão, D. Cristóvão deixara Arronches e passara a Espanha no princípio da guerra. Enquanto ao pai fora confiada a guarda do castelo de Albuquerque, D. Cristóvão passara a comandar frequentes incursões de cavalaria no termo de Arronches, que conhecia bem. Até que, em Julho de 1642, no seguimento de uma dessas entradas, foi capturado e de imediato morto e decapitado pelo capitão André Mendes Lobo (Varela, 1900: 60-61).

A questão das fidelidades, neste caso, aponta para a rejeição da soberania do Duque de Bragança em Portugal, após o 1.º de Dezembro, por elementos de um estrato social privilegiado. Entrava-se na esfera das opções que se colocavam à nobreza, ainda que os interesses materiais pudessem ter um certo peso e o

⁶ Tratava-se do capitão, mais tarde comissário geral, D. João de Azevedo e Ataíde, comandante da primeira companhia de cavalos onde serviu Mateus Rodrigues. Em Fevereiro de 1644 ainda não lhe tinha sido efectuada a comenda atribuída, o que levou a escrever ao rei. ANTT, Conselho de Guerra, *Consultas*, 1644, maço 4, caixa 29, documento n.º 83, consulta de 13 de Fevereiro de 1644.

cenário fosse a fronteira. Aliás, o exemplo do captor e carrasco do desventurado D. Cristóvão de Avelar situa-se num patamar onde convergiam a noção de vassalidade e os interesses materiais, mesclados com origens sociais diversas.

André Mendes Lobo era um vilão muito rico do Alentejo, que casara acima da sua condição, em 1625, com D. Leonor da Silveira. Esta viria a ser amante do duque de Bragança e, mais tarde, ama de leite do príncipe D. Teodósio⁷. André Mendes devia a sua ascensão social à proximidade (e, de certo modo, à ligação da sua mulher) com o Duque de Bragança. Feito fidalgo por serviços prestados a D. João, após a aclamação deste como Rei ficou-se pelo Alentejo, defendendo o vasto património próprio, que se estendia de Elvas a Juromenha, passando por Borba, de onde era natural, e Vila Viçosa, onde residia. Serviu no primeiro ano da guerra (1641-42), tornando-se depois pagador geral do exército do Alentejo, financiando deste modo as campanhas militares naquela província. Em 1648 requereu de novo a patente de capitão de cavalos (acumulando com o cargo de pagador geral), constituindo a expensas suas uma companhia de cavalaria, para além de mandar construir, também pagando do seu bolso, um forte no monte do Ferragudo, situado entre Vila Viçosa e Juromenha⁸. Serviu como capitão até 1661, retirando-se para assumir a capitania-mor do Alandroal, tendo morrido no final desse ano⁹. O casamento da sua filha com Dinis de Melo de Castro, futuro Conde das Galveias, estreitou ainda mais os laços com a aristocracia próxima da Casa de Bragança.

Vastas propriedades, a preocupação de as defender e de defender simultaneamente a causa da Coroa portuguesa. Uma intrincada correlação de proximidade pessoal ao soberano e interesses patrimoniais próprios simplificou a posição de André Mendes Lobo como fiel vassalo, em contraste com outros, menos afortunados nas suas relações pessoais e nas opções que fizeram.

O caso em que o estatuto social facilitou a desvinculação do aparelho militar de um dos lados, sem que necessariamente tenha significado pegar em armas para se bater pelo antigo inimigo foi, a seu modo, excepcional. É também paradigmático das alterações profundas que a Restauração trouxe para a fronteira

⁷ Felgueiras Gayo, 1989: IV, t. XI, 247; e VI, t. XVII, 428.

⁸ ANTT, Conselho de Guerra, *Consultas*, 1648, maço 8-B, consulta de 27 de Agosto de 1648; e *Secretaria de Guerra*, Livro 10.º (1647-49), fl. 132.

⁹ ANTT, Conselho de Guerra, *Consultas*, 1662, maço 22, carta do conde de Atouguia, de 3 de Janeiro de 1662, anexa à consulta de 14 de Janeiro.

luso-espanhola, no que toca a vassalidades e sujeições. Anos antes da eclosão da guerra, um filho bastardo do 3.º Conde de Montijo fora enviado para Campo Maior, para que fosse aí criado. O conflito apanhou-o do lado português e foi na condição de súbdito de D. João IV que se bateu, integrado na companhia de cavalos de Manuel de Saldanha. Em 1651 o seu meio-irmão, D. Álvaro de Luna, capitão de cavalaria no exército de Filipe IV, pediu-lhe que regressasse à casa da sua família de origem. Assim fez, mas somente após receber do Rei a devida autorização, de modo a não ser considerado traidor¹⁰. Do que restou dos laços entre ambos os lados, como se alteraram ou se respeitaram, seria interessante conhecer, mas não existem fontes que nos elucidem sobre esta questão.

SOBREVIVER COM INFÂMIA

Salvar a vida sem poder salvar os poucos haveres nem a reputação, adquirindo fama de traidores, era o que sucedia aos membros do terceiro estado moradores nas localidades atingidas pela guerra quando não eram capazes, ou não estavam na disposição, de oferecer resistência. Mateus Rodrigues designa por “*infames*” os habitantes de Safara que, no início da guerra, se deixaram roubar pela cavalaria espanhola sem dar luta, ficando sem nada, mas tendo as vidas poupadas pelo inimigo. “*Acção foi esta em que ficaram todos os homens desta aldeia em má reputação, só pela fraqueza que tiveram, entregando-se daquela maneira sem pelejar*”, escrevia em 1658, recordando os episódios da guerra que deixara para trás (*Manuscrito de Matheus Roiz*: 404-405). E se o cortejo miserável de mulheres e crianças abandonando uma praça cercada ou rendida era algo que deixava o experiente soldado compadecido, já os que optavam por permanecer e passavam a colaborar com o exército conquistador eram considerados desprezíveis traidores. Aquando da conquista de Olivença e Mourão pelos espanhóis em 1657, na segunda daquelas praças ficaram muitos portugueses – “*e esses eram tão falsos que vinham com partidas por guias a roubar os campos*” (*Manuscrito de Matheus Roiz*: 426). Não foi caso único, sendo vulgar o emprego de moradores exímios no conhecimento do território por ambos os exércitos. Quando Mourão foi retomada, ficou despovoada: os que tinham colaborado com o invasor tiveram de partir, para não pagarem com a vida o estigma da traição que indelevelmente caíra sobre eles.

¹⁰ *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV e a El-Rei D. Afonso VI*, 1940: II, 217, carta de D. João da Costa de 19 de Agosto de 1651.

A fronteira era também o espaço dos que escapavam à tradicional forma gentilícia de identificação, que não se enquadravam em nenhuma “nação de origem” e que, pelo seu modo de vida, deixavam as autoridades desconfiadas quanto à sua fidelidade à Coroa. Os que as fontes designam simplesmente por ciganos não eram considerados pessoas de bem. Estavam sujeitos a discriminações e perseguições, tanto quanto os suspeitos de heresia o estavam na esfera da religião. O espaço da raia era o seu, mas também eles foram afectados pela descida da guerra sobre a região. Apesar da ordem régia para que fossem presos todos os que se encontrassem na província do Alentejo em 1646, a autoridade militar resistiu à aplicação plena da medida, poupando os que se encontravam alistados como soldados pagos na cavalaria. Era, talvez, a única forma de integração possível para os elementos daquela etnia, elevados à categoria de pessoas de bem através da definição da sua fidelidade ao soberano por via da guerra.

CONCLUSÃO

A língua separava, mas de forma ténue. A religião unia. Entre os moradores, as querelas pessoais, familiares, de vizinhança, confundiam-se por vezes com o clima de guerra que se vivia, ou dele se aproveitavam para ajustes de contas particulares. E as solidariedades também existiam, apesar do conflito. Em suma, o espaço da fronteira apresentava-se como um local de interdependências, onde as determinações de um poder central longínquo (e por vezes pouco eficaz no seu controlo) conviviam, bem ou mal, com os interesses das populações locais, ou mais precisamente com a necessidade de sobrevivência a todo o custo. Já no caso das elites locais, fidalgas ou plebeias, a salvaguarda do poder económico ou do prestígio social podia ditar o alinhamento de fidelidades a uma ou outra Coroa. Nesta “cultura de orla” ou “cultura de fronteira”, como lhes chamam respectivamente Paula Godinho e Luís Uriarte (citados por Simões, 2016: 48), o estatuto social diferenciava, por vezes, a forma como se punia ou tolerava a mudança de fidelidade a um soberano. Os traços que chegam até nós não são muito numerosos, mas abrem perspectivas de análise quanto à diversidade de alinhamentos num contexto de guerra, muito mais complexos do que a simplificação com base nacionalista que a historiografia tradicional veiculou durante muito tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes manuscritas

- Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Conselho de Guerra, *Consultas*, 1644, maço 4, caixa 29, documento n.º 83, consulta de 13 de Fevereiro de 1644; 1648, maço 8-B, consulta de 27 de Agosto de 1648; 1662, maço 22, carta do conde de Atouguia, de 3 de Janeiro de 1662, anexa à consulta de 14 de Janeiro.
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Conselho de Guerra, *Secretaria de Guerra*, Livro 5.º (1642-1645); Livro 10.º (1647-1649).

Fontes impressas

- *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV e a El-Rei D. Afonso VI*, publicadas e prefaciadas por P. M. Laranjo Coelho, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940 (3 vols.; transcrição das cartas contidas no ms. 610 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Cartas escritas pelos governadores da província do Alem-Tejo ao Sñr Rey D. João IV, desde o anno 1646 athe 1649*, e das cartas inclusas em dois manuscritos da Biblioteca do Palácio da Ajuda, cód. 51-VI-31 e 51-VII-45, bem como de algumas cartas do cód. 51-VI-28).
- ERICEIRA, Conde da (1945-1946): *História de Portugal Restaurado*, edição anotada e prefaciada por António Álvaro da Silva Dória, Porto, Livraria Civilização (4 vols.).
- *Manuscrito de Matheus Roiz*. Transcrição do original [*Campanha do Alentejo (1641-1654)*], Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, cód. 3062], dactilografada e paginada pela paleógrafa D. Maria Vaz Pereira, Lisboa, Arquivo Histórico Militar, 1952 (1ª divisão, 2ª secção., caixa 3, nº 2).
- VARELA, Aires (1900): *Sucessos Que houve nas fronteiras de Elvas, Olivença, Campo Mayor, Ouguella e outros lugares do Alentejo, o terceiro anno da Recuperação de Portugal, que começou em o 1º de Dezembro de 1643 [1642]*, Elvas, Tipografia Progresso de António José Torres de Carvalho.
- Idem (1901), *Sucessos que ouve nas fronteiras de Elvas, Olivença, Campo Maior e Ouguella, o primeiro anno da Recuperação de Portugal, que começou em 1º de Dezembro de 1640 e fez fim em ultimo de Novembro de*

1641, Elvas, Typografia Progresso de António José Torres de Carvalho (3ª edição).

- Idem (1906), *Sucessos que ouve nas fronteiras de Elvas, Olivença, Campo Maior e Ouguella, o segundo anno da Recuperação de Portugal que começou em 1º de Dezembro de 1641 e fez fim em o ultimo de Novembro de 1642*, Elvas, Typografia Progresso de António José Torres de Carvalho (2ª edição).

Monografias

- CORTÉS CORTÉS, Fernando (1990): *Guerra e Pressão Militar nas Terras de Fronteira, 1640-1668*, Lisboa, Livros Horizonte.
- FELGUEIRAS GAYO, José Manuel da Costa (1989-1990): *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Braga, Carvalhos de Basto (12 vols.; ed. fac-simile da 1ª, de 1938).
- FREITAS, Jorge Penim de (2007): *O combatente durante a Guerra da Restauração. Vivência e comportamento dos militares ao serviço da Coroa portuguesa*, Lisboa, Prefácio.
- SIMÕES, Dulce (2016): *A Guerra de Espanha na Raia Luso-Espanhola. Resistências, solidariedades e usos da memória*, Lisboa, Edições Colibri.

